

Sarney espera que Congresso aprove medida

O presidente José Sarney vai sancionar, sem vetos, a lei que regulamenta o direito de greve. Foi o que ele comunicou na noite de sexta-feira ao líder do Governo na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS). O projeto foi aprovado, em sessão muito tumultuada, na quinta-feira pelo Congresso Nacional. A expectativa do Presidente se concentra nessa semana sobre as negociações em torno de um pacto e a tramitação de dez medidas provisórias e vários vetos seus que serão apreciados pelo legislativo antes do recesso de julho. Pelo menos este é o esforço dos líderes partidários.

Segundo Ponte, o Governo ainda espera que chegue a um final feliz a tentativa dos líderes e presidentes dos partidos de fechar uma proposta de política econômica que leve o País até a posse do novo Presidente da República, em março de 1990, sem desvios de rota. O Presidente quer evitar a adoção de medida de impacto sem o compromisso de apoio do Congresso. O risco delas serem rejeitadas pelos parlamentares tornaria as expectativas dos agentes econômicos mais pessimistas, na medida em que ficaria mais caracterizada a fragilidade do Governo, seu isolamento e incapacidade de responder aos problemas.

A estratégia, portanto, segundo o líder, é limitar as ações ao gerenciamento da economia, evitando que a inflação saia de controle, enquanto o Congresso discute. Se os partidos não chegarem a um entendimento, o Governo acredita que, a princípio, pode manter a inflação em níveis suportáveis até a data de transferência da faixa presidencial.

Segundo o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE) esta é a hipótese mais provável, já que politicamente as negociações tem se mostrado pouco viáveis. No âmbito econômico, o consenso é fácil na parte genérica da proposta, mas complica-se na elaboração dos detalhes. Dificilmente, por exemplo, deputados e senadores concordariam com o corte de subsídios e incentivos para suas regiões.

Na esfera política, a dificuldade é ainda maior. Como seriam encaminhadas as propostas se o Congresso assumisse a execução das medidas, indicando o ministro da Economia e arguindo-o periodicamente? Seria a implantação na prática do parlamentarismo, com o que alguns partidos não concordam. Deixar para o Governo Sarney a responsabilidade da execução é hipótese improvável dada a desconfiança dos partidos quanto ao executivo. Rebouças lembra ainda as dificuldades decorrentes da sucessão presidencial:

De qualquer forma, a votação das medidas provisórias e vetos essa semana já darão o sinal da viabilidade do entendimento. Se os vetos ao salário mínimo de NCz\$ 120 e da política salarial aprovada pelo Congresso forem mantidos será um resultado altamente positivo, inclusive servindo como incentivo para que o Governo "aja", raciocina o líder do Governo. Mas uma votação contrária, associada à derrubada da medida provisória 63, que desvincula o salário mínimo como indexador dos benefícios distribuídos pela Previdência, geraria expectativas altamente negativas entre os agentes econômicos, caracterizando o isolamento do Governo.